

**HABEAS CORPUS Nº 529.629 - SC (2019/0254981-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : GILBERTO LEMES DOS SANTOS JUNIOR (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**INTERES.** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
JULIA GIMENES PEDROLLO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GILBERTO LEMES DOS SANTOS JUNIOR, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que negou provimento ao agravo em execução da defesa em acórdão assim ementado (fl. 76):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. INCONFORMISMO DO APENADO. TRABALHO EXTERNO INDEFERIDO. AGRAVANTE QUE POSSUI INÚMERAS FALTAS GRAVES COMETIDAS DURANTE O CUMPRIMENTO DE SUA PENA, COM PADS E REGRESSÕES CONSECUTIVAS DE REGIME. ADEMAIS, PEDIDO DE TRABALHO EXTRAMUROS QUE SEQUER INDICA DADOS DO EMPREGADOR, LOCAL DA PRESTAÇÃO, CARGO, JORNADA E REMUNERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE LABORAL

Nada obstante não se possa medir esforços à ressocialização do segregado, é certo que ela deve ser feita cautelosamente, com o objetivo de evitar um dano maior à

coletividade e proporcionar eventuais lacunas aos desvios na execução do apenamento irrogado ao condenado, originando daí o interesse estatal no exato conhecimento das nuances do controle laboral frente à postulação da execução

do trabalho extramuros, sem o qual, devidamente juntado ao processado, importa no indeferimento da benesse almejada" (TJSC, Agravo de Execução Penal n. 0005128-29.2018.8.24.0033, de Itajaí, rel. Des. Luiz Antônio Zanini Fornerolli, Quarta Câmara Criminal, j. 12-7-2018).

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Alega a impetrante, em síntese, que o acórdão é manifestamente ilegal, tendo em vista que criou requisitos para que o paciente, que cumpre pena em

# *Superior Tribunal de Justiça*

regime semiaberto e já adimpliu mais de 1/6 da reprimenda corporal, possa realizar trabalho externo a despeito de ter cumprido os requisitos exigidos pela LEP.

Requer, liminarmente e no mérito, o reconhecimento da ilegalidade ocorrida no acórdão impugnado, autorizando o paciente a realizar o trabalho externo.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O parecer do Ministério Público Federal foi pela denegação da ordem.

É o relatório.

DECIDO.

O aresto impugnado foi assim proferido (fls. 80-82 - com destaques):

[...] Colhe-se dos autos da execução penal que o agravante cumpre sua pena em regime semiaberto, tendo apresentado pedido de trabalho externo.

Em primeiro lugar, não se olvide o direito do apenado em ver-se beneficiado com o trabalho externo, uma vez que se trata de estímulo à ressocialização, assim como reinserção social. Também não se pode perder de vista os obstáculos existentes nos dias de hoje para obtenção de emprego.

Segundo interpretação sistemática dos dispositivos da legislação de regência (arts. 35 a 37 da Lei de Execução Penal), o trabalho externo é permitido aos apenados recolhidos no regime semiaberto, inclusive em empresa privada, desde que a aptidão, disciplina e responsabilidade do reeducando assim recomendem.

**No caso em tela, na data de 31/12/2014, o apenado fugiu do estabelecimento prisional, sendo recapturado apenas em 20/05/2015 (fls. 179-185). Depois disso, cometeu outra falta de natureza grave, sofrendo, desta forma, sucessivas regressões de regime prisional.**

Verifica-se portanto que Gilberto não preenche os requisitos de disciplina e responsabilidade imprescindíveis para a realização de trabalho externo.

Com efeito, colhe-se da decisão objurgada:

**[...] possui inúmeras faltas graves cometidas durante o cumprimento de sua pena, com PADs e regressões consecutivas de regime (pp. 246-249; pp. 451-455), de modo que deve ser oportunizado aos demais apenados que possuam bom comportamento carcerário durante o resgate da sanção o benefício antes de nova tentativa de inclusão do postulante (fl. 680 - apenso).**

Não bastasse isso, como bem apontou o nobre Procurador de Justiça, "observa-se que do requerimento de trabalho externo feito por intermédio da unidade prisional (fls. 667/668 dos autos da execução penal), não se extrai indicação do local onde o agravante prestará o trabalho; vaga do empregador ou consentimento expresso do reeducando, no caso de trabalho em empresa privada, conforme art. 36, da LEP", situação esta que "impossibilita verificar se o apenado está apto à atividade que irá desempenhar; se existem condições para fiscalização e vigilância e, se o labor é compatível com os objetivos da

# Superior Tribunal de Justiça

**pena cumprida"** (fl. 51).

De fato, sem a presença Estatal direta, faz-se imprescindível que a proponente da vaga de emprego disponha de meios de exercer esse controle, até mesmo para comprovar nos autos da execução penal que a reprimenda vem sendo resgatada corretamente, além de demonstrar o senso de responsabilidade e reinserção social a que deve ser submetida o reeducando. Na realidade, admitida a possibilidade de trabalho extramuros na iniciativa privada, a empregadora deve cooperar com o Poder Público no controle e na fiscalização do(a) apenado(a) enquanto exercem a atividade externa, indicando, desde a proposta de emprego, o método com que pretender realizar esse mister.[...]

Como se vê, assentou o Tribunal local que falta ao paciente o requisito subjetivo à concessão do benefício do trabalho externo, porquanto *possui inúmeras faltas graves cometidas durante o cumprimento de sua pena, com PADs e regressões consecutivas de regime (pp. 246-249; pp. 451-455), de modo que deve ser oportunizado aos demais apenados que possuam bom comportamento carcerário durante o resgate da sanção o benefício antes de nova tentativa de inclusão do postulante, acrescendo que o apenado fugiu do estabelecimento prisional, sendo recapturado apenas em 20/05/2015 (fls. 179-185). Depois disso, cometeu outra falta de natureza grave, sofrendo, desta forma, sucessivas regressões de regime prisional.*

Destacou-se, ainda, que, *do requerimento de trabalho externo feito por intermédio da unidade prisional (fls. 667/668 dos autos da execução penal), não se extrai indicação do local onde o agravante prestará o trabalho; vaga do empregador ou consentimento expresso do reeducando, no caso de trabalho em empresa privada, conforme art. 36, da LEP", situação esta que "impossibilita verificar se o apenado está apto à atividade que irá desempenhar; se existem condições para fiscalização e vigilância e, se o labor é compatível com os objetivos da pena cumprida.*

Nesse contexto, aplicável o entendimento firmado por esta Corte no sentido de que o juízo das execuções pode considerar como não preenchido o requisito subjetivo se baseado em fatos ocorridos durante a execução penal, tal qual o histórico carcerário conturbado. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. INTERRUÇÃO DO PRAZO PARA A PRESTAÇÃO DE TRABALHO EXTERNO E PARA A FRUIÇÃO DE SAÍDAS TEMPORÁRIAS. IMPOSSIBILIDADE ANTE A AUSÊNCIA DE EXPRESSA PREVISÃO LEGAL. ATO DE INDISCIPLINA QUE DEVE SER SOPESADO NA ANÁLISE DO REQUISITO SUBJETIVO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A decisão agravada está em consonância com o entendimento majoritário

da Sexta Turma de que não é possível a valoração sistemática da LEP em detrimento do reeducando a fim de, na ausência de previsão legal, estabelecer que a falta grave constitui marco interruptivo para a prestação de trabalho externo e para a fruição de saídas temporárias.

2. A falta grave, apesar de não reiniciar o período aquisitivo relativamente aos benefícios previstos nos arts. 36 e 122 da LEP, deverá ser valorada na análise do requisito subjetivo, haja vista a expressa exigência, nos arts. 37 e 123 da LEP, de aptidão, disciplina, responsabilidade e comportamento adequado do reeducando para a prestação do trabalho externo e o gozo de saídas temporárias, em respeito ao caráter progressivo da pena, ante o critério de razoabilidade que sempre se faz necessário na adaptação das normas de execução ao fato concreto.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1659676/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017).

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL INDEFERIDO. REQUISITO SUBJETIVO NÃO PREENCHIDO. HISTÓRICO PRISIONAL DESFAVORÁVEL. DECISÃO FUNDAMENTADA. AGRAVO IMPROVIDO.

1 - É cediço que fatores relacionados ao crime praticado são determinantes da pena aplicada, mas não justificam diferenciado tratamento para a progressão de regime, de modo que o indeferimento do benefício somente poderá fundar-se em fatos ocorridos no curso da própria execução penal.

2 - No entanto, a despeito da menção aos referidos elementos abstratos de gravidade, consignaram, tanto o Juízo de 1º grau como o Tribunal, o histórico carcerário conturbado do paciente, consubstanciado na prática de faltas graves - abandono do regime semiaberto e cometimento de novo delito - durante a execução da pena.

3 - Aplicável o entendimento firmado por esta Corte no sentido de que, a despeito do atestado de boa conduta, o Juízo das execuções pode considerar como não preenchido o requisito subjetivo se baseado em fatos ocorridos durante a execução penal, tal qual o histórico carcerário conturbado. Precedentes.

4 - A alteração da conclusão alcançada pelas instâncias ordinárias demandaria o revolvimento no contexto fático-probatório dos autos, o que é inviável na via estreita do writ.

5 - Agravo regimental improvido (AgRg no HC 345.795/SP, por mim relatado, SEXTA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 13/03/2017).

Logo, a alteração da conclusão alcançada pelas instâncias ordinárias demandaria o revolvimento no contexto fático-probatório dos autos, o que é inviável na via estreita do writ.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator

